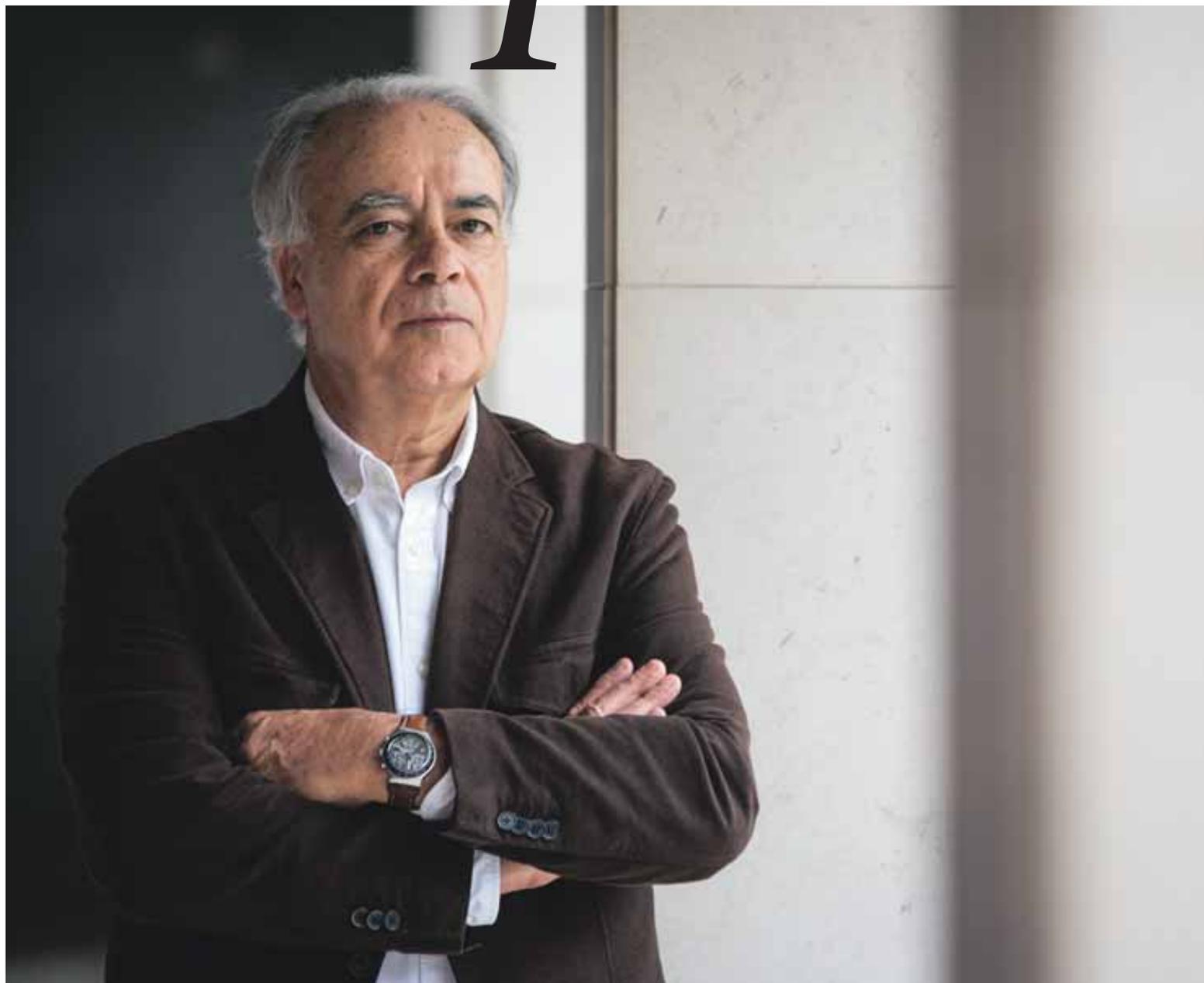


utopias



*Manuel Carvalho da Silva
Reduzir o tempo de trabalho
é das batalhas mais difíceis
e um debate inevitável*

NUÑO FERREIRA SANTOS
O investigador e ex-dirigente da CGTP fala em “extraordinárias possibilidades” que as sociedades do futuro terão para reduzir a carga de sofrimento do trabalho

A

Utopia de Thomas More surge como contraponto a uma sociedade semifeudal, de servos e senhores, em que a noção dos direitos – desde logo o direito ao trabalho com direitos – estava longe de ter emergido. Cinco séculos depois, registamos avanços extraordinários, que projectam no futuro novos desafios, pois nenhuma conquista é definitiva. O grande contributo que More nos deixa é a ideia de que há alternativas ao discurso e às práticas instituídas e que não nos devemos conformar com a “realidade” do presente.

Não podemos abdicar de um elemento essencial para o ser humano que é a possibilidade de sonhar sobre o realizável e o ainda não realizável, e de construir projectos. Uma das maiores contradições dos tempos que vivemos é, precisamente, a tentativa de, pela contínua invocação de riscos e medos, gerar a negação do futuro, em particular às gerações mais jovens.

Neste momento, um exercício

Especial
2015
2016

Utopia, de Thomas More, foi publicada em 1516, há exactamente 500 anos. No arranque de 2016, o PÚBLICO oferece uma série especial sobre novas e velhas utopias de que nos rodeamos.

Amanhã: Governança e Democracia

➔ www.publico.pt

para perceber para onde vai o futuro do trabalho – nas suas dimensões económica, social, cultural e política –, surge-me organizado em três componentes. A primeira implica debruçarmo-nos, com o máximo de objectividade possível, sobre quais são os traços dominantes de requisitos de vida que se projectam – sem ficarmos presos à sobrevivência *ad eternum* do sistema capitalista – e, nessa projecção, identificar as necessidades básicas das sociedades do futuro.

Há requisitos de vida que não vão mudar tão cedo: vamos continuar a vestir-nos, a calçar-nos, a ter necessidade de sistemas de comunicação e de deslocação, vamos continuar a habitar principalmente nos grandes centros urbanos e a forma de nos alimentarmos talvez também não se altere assim tanto. O trabalho, incorporando conhecimentos e tecnologias diversas, vai situar-se, desde logo, em grande parte na garantia desses factores determinantes do estilo de vida.

A segunda componente tem que ver com a aquisição de conhecimentos, a formação necessária para o desenvolvimento dessas actividades e, em particular, para uma interacção humana muito mais desafiadora, em consequência da presença crescente das tecnologias, do digital e, sobretudo, de uma inovação social que há-de responder a crescentes anseios de igualdade e aos impactos, nomeadamente, do aumento da esperança de vida e do peso quantitativo e qualitativo das mulheres no trabalho, nas instituições e nas organizações da sociedade.

O aumento da esperança de vida e o papel das mulheres no trabalho e na sociedade são, para mim, duas enormes mudanças do último século e vão estar bem mais presentes no futuro que se projecta neste início do século XXI. Conforme a sociedade vai envelhecendo, é inevitável a consciência de que o facto de os indivíduos serem mais velhos não os torna despidos de direitos, logo surgirão novas agendas reivindicativas. O mesmo se projecta já, e se intensificará, em relação ao papel das mulheres.

A terceira componente tem que ver com a utilização das tecnologias e do conhecimento.

Isto conduz-nos a uma reconsideração do que devem ser as trajectórias e as carreiras profissionais. Vai ser preciso encontrar novos trabalhos, novas formações. A escola e outras instituições de formação e de aquisição de conhecimentos ao longo da vida terão de ser capazes de transportar para o comum dos indivíduos essas novas profissões.

Tempo: a utopia mais perene

Com base nestas três componentes, pode projectar-se um grande debate em torno da organização e prestação do trabalho e o tempo de trabalho vai estar – inevitavelmente – no cerne da discussão. Esta é, talvez, a utopia mais perene.

O texto de More tem uma componente bastante actual quando propõe que se reduza o tempo de trabalho de forma significativa. Preconiza seis horas de trabalho por dia – utopia a colocar desde já na agenda do realizável – e projecta espaços de aprendizagem para as profissões, para a formação plena dos indivíduos e para o lazer. E concebe o trabalho como um direito/dever universal.

Estou plenamente convencido de que o rompimento com o pensamento neoliberal, que por agora está instalado, coloca, entre outros desafios, uma nova discussão sobre o tempo de trabalho. O debate vai estar aí, motivado pela necessidade de responder ao desemprego, às desigualdades e, sobretudo, à inactividade e à pobreza.

Por outro lado, há um conjunto de alterações que se produziram na sociedade, que não estão a ser assumidas, mas que se irão impor. Refiro-me aqui apenas a duas: o facto de as instabilidades e inseguranças actuais (as precariedades) não serem sustentáveis, e a constatação de que o aumento da esperança média de vida altera toda a nossa concepção de preparação para o trabalho, de formação ao longo da vida, o conceito de vida activa, de reforma, as relações entre as gerações ou o quadro de estruturas necessárias na sociedade. A longevidade deixará de ser tratada e experimentada como um fardo.

Mas também sabemos que a redução do tempo de trabalho tem sido uma das batalhas mais difíceis nas sociedades modernas.

Não se pode afirmar a cidadania, a participação cívica, a democracia sem olhar para o trabalho e garantir-lhe dignidade

A “crise”, por exemplo, contribui para eliminar o direito ao trabalho para muitos e obriga outros a trabalharem mais e mais barato. A primeira convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de Outubro de 1919, estabeleceu as 48 horas de trabalho e vemos que foi preciso um século com sindicalismo activo, com direito do trabalho, com contratação colectiva, para chegarmos aproximadamente às 40 horas e longe da sua universalização. Ainda não há uma convenção que estabeleça as 40 horas como o limite máximo! A redução do tempo de trabalho foi diminuta, se comparada com a alteração dos meios tecnológicos e das capacitações que foi possível introduzir nos mecanismos de trabalho.

Será possível trabalhar menos horas e criar mais emprego, organizando as empresas e serviços para, com as capacidades técnicas, financeiras disponíveis, produzir mais e melhor. A redução do tempo de trabalho surgirá associada também à reposição de novos equilíbrios entre o individual e o colectivo.

Existe um outro campo delicado que se projecta para o futuro: como resolver o problema da desigualdade na distribuição de riqueza? Se na produção da riqueza não houver uma distribuição justa que se reflecta

no salário, dificilmente a justiça é recuperada no sistema fiscal. Tem de haver compromissos colectivos que assegurem os sistemas fiscais e de redistribuição que corrijam situações injustas. Mas não podem fazer mais do que corrigir, não podem substituir-se à redistribuição inicial.

Hoje os custos do trabalho não pesam mais de 20% a 21% nos custos globais das empresas em termos médios; noutros tempos pesavam mais. Tem sentido esse espremer dos custos salariais sem limites, que coloca milhões de seres humanos no desemprego e na pobreza? Não! Há que parar a loucura! Por certo esta discussão estará presente nos debates sobre os novos “paradigmas” para a economia e o emprego e associada a uma forte polemização sobre conceitos como a produtividade, a competitividade e outros.

A outra questão-chave é a criação de mecanismos de responsabilização. Um dos elementos que ameaçam o futuro é, em nome das dificuldades, dos riscos, a eliminação de direitos no trabalho. Numa sociedade democrática – e espero que aquilo a que hoje chamamos “sistemas democráticos” não continuem a perder densidade e surja uma verdadeira reinvenção da democracia –, quando se retiram direitos aos indivíduos, está-se a gerar uma desresponsabilização deles perante a sociedade, seja no espaço do trabalho, seja fora dele.

O trabalho vai continuar a ser central na sociedade, enquanto factor de produção, factor de socialização, ancoradouro de direitos sociais, enquanto direito universal, até enquanto factor de alienação. Não se pode afirmar a cidadania, a participação cívica, a democracia sem olhar para o trabalho e garantir-lhe dignidade.

Daqui decorre uma outra discussão sobre a valorização do tempo de trabalho e do tempo de não trabalho. No século XVI, o trabalho tinha uma elevada carga de sofrimento, mas More introduz o conceito de lazer, projectando dimensões que mantêm uma certa actualidade.

Na ilha da Utopia, lazer não é sinónimo de estar parado. É a realização do indivíduo para lá do trabalho, o que nos leva desde logo a uma discussão actual que fortemente se projecta para o futuro como um dos pontos-chave:

precisamos de valorizar o trabalho, porque o nosso tempo e o nosso quotidiano para além do trabalho são o fundamental da nossa vida.

Precisamos que o trabalho seja remunerado de forma justa, que tenha condições que respeitem a nossa dignidade, que seja um espaço de relações entre iguais. Mas, acima de tudo, que nos permita criar as bases para nos podermos realizar e para construirmos outras dimensões da nossa vida: a família, as relações sociais, a intervenção na construção dos mecanismos de funcionamento e de organização da sociedade, a cidadania e a política. E ainda propiciar-nos aquilo que noutros tempos era exclusivo de alguns, que é podermos pensar.

O desafio que se coloca à sociedade de hoje e às sociedades que se podem projectar para o futuro é como articular a carga de sofrimento associada ao trabalho com expressões de criatividade, com dimensões de prazer e efectivação da dignidade humana.

As sociedades do futuro têm extraordinárias possibilidades de gerir melhor a carga de sofrimento do trabalho, reduzindo-a e ampliando as componentes de criatividade, de prazer e de realização humana. Os conhecimentos, os meios descobertos pela ciência, propiciam-nos uma afirmação clara de que se deve fazer o percurso de redução do tempo de trabalho, de o organizar noutras condições menos penosas, mais solidárias.

O trabalho tenderá, provavelmente, a ser mais autónomo e poderá até haver mais identificação de responsabilidades individuais na determinação das formas de trabalhar e de organizar o trabalho. Mas quanto mais autonomia se quiser, mais tem de se desenvolver os compromissos colectivos e a cooperação entre indivíduos. Caso contrário, isola-se o indivíduo para o responsabilizar, essencialmente pelos seus fracassos.

Não há autonomia e não há liberdade individual, se não houver predisposição para mais articulação e cooperação entre os indivíduos.

Com que instituições, com que poderes, com que organizações vamos fazer estas caminhadas? Essa é outra reflexão. **Depoimento recolhido por Raquel Martins**